

Santa Casa da Misericórdia da Amadora

Creche Rainha Dona Leonor



Projeto Educativo

2018/2019

Índice

1. Introdução	4
2. Santa Casa da Misericórdia da Amadora	5
2.1. Área da Educação: Orientações Estratégicas, Princípios e Competências Gerais ...	6
2.2. Equipamentos e Respostas Sociais	7
3. Missão, Visão, Valores e Política de Qualidade	9
4. Projeto Educativo da Santa Casa da Misericórdia da Amadora	11
4.1. Competência Gerais Desenvolvidas em Creche	12
5. Creche Rainha Dona Leonor	14
5.1. Rainha Dona Leonor	14
5.2. Caracterização do Meio	17
5.3. Espaço Físico Interior	18
5.4. Funcionamento Geral	18
5.5. População e Recursos Humanos	19
5.6. Organograma da CRDL	19
5.7. Equipamento e Material Didático	20
5.8. Estrutura Organizacional	20
6. Projeto Educativo da Creche Rainha Dona Leonor	21
6.1. Princípios, Valores e Objetivos	21
6.2. Papel da Família e da Creche	22
6.3. Relacionamento Afetivo	22
6.4. Sensibilidade	23
6.5. Interações	23
6.6. Respeito	23
6.7. Cooperação Família/Creche	24
6.8. Importância das Rotinas	24
6.8.1. Rotina Diária da Creche	25
6.9. Avaliação	25
7. Referências Inspiradoras do Projeto Educativo	27
7.1. Movimento da Escola Moderna	27

7.2. Modelo de Jean Piaget	28
7.3. Modelo de L.S. Vigotsky	28
7.4. Modelo de M. Montessori	29
8. Temática do Projeto Educativo	30
8.1. Objetivos do Projeto/Finalidades	30
9. Avaliação do Projeto Educativo	31

1. Introdução

Com a finalidade de desenvolvimento de políticas de incentivo à natalidade e de repovoamento da cidade, através da fixação de população jovem, o município de Lisboa criou um Programa de Desenvolvimento de Creches em Lisboa (PDCL), designado por programa B.a.Bá, com a finalidade de dotar a cidade com uma rede de creches públicas, bem como desenvolver condições para a progressiva qualificação dos equipamentos existentes na cidade.

A gestão das referidas creches ficou a cargo de Instituições Particulares de Solidariedade Social, tendo sido atribuída em concurso a gestão da Creche Rainha Dona Leonor à Santa Casa da Misericórdia da Amadora (SCMA), com uma capacidade de 84 utentes, dos quais 67 abrangidos pelo acordo de cooperação com a Segurança Social (SS), apresentando a seguinte distribuição: 20 utentes em duas salas de berçário (10+10), 28 utentes em duas salas dos 12 aos 24 meses (14+14) e 36 utentes em duas salas dos 24 aos 36 meses (18+18).

Pretende-se que a Creche Rainha Dona Leonor numa estreita relação de partilha com as famílias, seja uma referência profunda e harmoniosa no crescimento e desenvolvimento dos nossos utentes.

Assim, a família tem como primeira referência educativa e pedagógica a promoção da socialização e da sedimentação, como bases dos processos de aprendizagem.

Uma relação de cooperação entre a Família e a Creche potencia um desenvolvimento global e harmonioso da criança.

2. Santa Casa da Misericórdia da Amadora

Fundada em 1986 a Santa Casa da Misericórdia da Amadora (SCMA) viu os seus estatutos aprovados pelo Patriarcado de Lisboa em 1987.

Em 1988 foi-lhe reconhecido o Estatuto de Utilidade Pública pelo Ministério do Trabalho e Segurança Social.

“A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Amadora, também mais abreviadamente denominada Santa Casa da Misericórdia da Amadora ou simplesmente Misericórdia da Amadora, é uma associação de fiéis, constituída na ordem jurídica canónica, com o objetivo de satisfazer carências sociais e praticar atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios da doutrina e moral cristã” (In Estatutos da Instituição).

No campo social exerce a sua intervenção no Concelho da Amadora, nas áreas da Educação, Terceira Idade, Saúde e Ação Social.

Em 1987 iniciou a sua atividade direta com utentes, com a criação do primeiro Centro de Dia e SAD na Quinta das Torres. Também na década de oitenta iniciou a sua atividade na área da educação com a criação de um ATL no Bairro da Cova da Moura.

A década de noventa foi uma década de grande expansão da atividade da Instituição.

Foram construídos a Creche de São Francisco e Santa Clara, o Lares da Sagrada Família e Santo António, a Escola Luís Madureira e a Unidade de Cuidados Paliativos.

Nesta mesma década, a Santa Casa da Misericórdia desenvolveu uma série de projetos na área da habitação a custos controlados, permitindo a construção de 262 fogos.

A primeira década do séc. XXI é também marcada pela criação de novos projetos, tais como a ampliação da Escola Luís Madureira para o segundo e terceiro ciclo do Ensino Básico, a Requalificação dos Serviços Administrativos, a Igreja de Nossa Senhora das Misericórdias, o Centro de Dia e SAD do Casal da Mira, a Clínica Médica de Alfragide e o Centro de Dia e SAD Rainha Santa Isabel e a Unidade de Cuidados Continuados.

Também nesta década tiveram origem os ATL's e Creches geridas em espaços Camarários. Hoje a SCMA está na maioria dos agrupamentos de Escolas do Concelho.

Atualmente a SCMA desenvolve a sua Ação diária paracerca de 5000 clientes, distribuídos por trinta e quatro valências espalhadas pelas várias freguesias do Concelho da Amadora.

Dentro da sua preocupação de garantir a qualidade dos serviços que presta aos seus clientes, a SCMA implementou Sistema de Gestão da Qualidade, nos termos da “NP EN ISO 9001” e dos Modelos de Avaliação da Qualidade emanados pelo ISS.

2.1. Área da Educação: Orientações Estratégicas, Princípios e Competências Gerais

A orientação estratégica para área da educação reflete em permanência acerca da educação do indivíduo para a cidadania que é, nos dias de hoje, objeto central de preocupação.

O relacionamento entre pessoas, o acolhimento das regras sociais, o respeito pelos outros e pelo ambiente, bem como a participação ativa na sociedade são fatores que cada Escola deve encarar como missão, entre outros aspetos, promovendo a integração social, dos seus crianças através de vivências neste âmbito no seu próprio seio. Desenvolvendo cada vez mais precocemente, em respostas sociais de creche, projetos com continuidade pedagógica e curricular.

Assim, segundo a sua idade, capacidade e desenvolvimento, as crianças devem ser educadas a assumir tarefas de coresponsabilidade na vida da escola.

É, no entanto, fundamental não esquecer que todos, professores, educandos, pais e funcionários, são também intervenientes neste processo educativo e, para isso, todos terão que atuar em conformidade com os princípios e normas preconizadas.

Pensar a Escola enquanto lugar de decisão e de gestão curricular é pensar a prática pedagógica enquanto atividade de reflexão, de diálogo e de intervenção para a mudança. Onde professores e educadores assumem um papel preponderante como configuradores de práticas de gestão curricular que se desejam indutoras da melhoria da qualidade da educação.

É este novo entendimento de Escola e de Currículo, preconizado nos princípios e nos normativos orientadores da política educativa atual, que se institui a orientação estratégica da SCMA para a Educação.

O Projeto Curricular é um projeto que define, em função do Currículo Nacional e do Projeto Educativo de Escola, as competências essenciais e transversais em torno das quais se organiza o projeto e os conteúdos que são trabalhados em cada área curricular.

Este projeto articula todas as respostas sociais possui Creche, Pré-Escolar, 1º e 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, numa perspetiva integradora e mobilizadora de todas as aprendizagens efetuadas.

Assim, constitui-se como um dispositivo que possibilita uma ação educativa assente numa visão global das situações e numa organização que privilegia o trabalho colaborativo entre educadores, professores, crianças e crianças e demais atores da comunidade educativa.

2.2. Equipamentos e Respostas Sociais

Equipamentos	Utentes	Respostas Sociais	
Escola Luís Madureira	490	Berçário	1
		Creche	2
		Pré-Escolar	3
		1º Ciclo	8
		2º Ciclo	3
		3º Ciclo	5
Centro São Francisco de Assis	100	Berçário	1
		Creche	2
		Pré-Escolar	2
Centro Santa Clara	70	Berçário	1
		Creche	2
		Pré-Escolar	1
Creche Santa Teresinha do Menino Jesus	60	Berçário	1
		Creche	3

Creche Rainha Dona Leonor	84	Berçário	2
		Creche	4
Programa Aprender & Brincar	921	Pré-Escolar	9
		1º Ciclo	9
		ATL Juuvenil/2ºe3º Ciclo	3
Nº Total de Utentes	1727		

3. Missão, Visão, Valores e Política de Qualidade

“SER MISERICÓRDIA É BEM SERVIR”

MISSÃO

Prestar, criar e desenvolver serviços na área social adequados às necessidades da comunidade, promovendo a solidariedade, a qualidade de vida e a dignidade humana.

VISÃO

Oferecer respostas sociais de referência e reconhecidas como tal na qualidade dos serviços prestados, apostando na criação, inovação e melhoria contínua das respostas desenvolvidas junto da comunidade.

VALORES

- Respeito pela Dignidade Humana
- Criatividade
- Responsabilidade Profissional
- Inovação
- Sustentabilidade
- Ética
- Humanização
- Qualidade
- As Obras de Misericórdia

POLÍTICA DE QUALIDADE

Pensar o cliente como um ser afetivo e ativo, qualquer que seja a sua idade e grau de autonomia, que possui um projeto de vida e deve ser respeitado na sua individualidade.

Proporcionar Respostas Sociais adequadas as necessidades e expectativas do cliente, tendo como orientação estratégica uma gestão rigorosa dos recursos, a formação dos colaboradores e a consolidação das valências, assente num serviço de qualidade.

Assegurar Boas Práticas na área da segurança e higiene alimentar.

Planear atividades socioculturais adaptadas aos interesses e necessidades do cliente e da família, que estimulem a segurança afetiva e física.

A humanização de todos os serviços prestados aos clientes é um dos fundamentos da Instituição, através da valorização dos seus colaboradores e suas competências.

Promover o envolvimento dos seus Colaboradores, onde todos são pessoalmente responsáveis pela implementação desta Política e mantêm relações de parceria para a sustentabilidade da Instituição.

A Instituição declara o seu compromisso com o cumprimento dos requisitos legais e outros referenciais aplicáveis e com a melhoria contínua do seu Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ).

4. Projeto Educativo da Santa Casa da Misericórdia da Amadora

“O Projeto Educativo é o documento «que consagra a orientação educativa da escola, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais a escola se propõe cumprir a sua função educativa” (In Diário da República, Decreto-Lei n.º 115-A/98).

Numa altura em que se aprofunda, a todos os níveis, o sentido da autonomia da Escola, a construção do respetivo Projeto Educativo (PE) revela-se de grande acuidade e pertinência. Este constitui a espinha dorsal dessa autonomia, o seu fundamento e o seu reflexo, o ponto de partida e de chegada dos parâmetros da avaliação interna e externa, da avaliação das crianças, do pessoal docente e não docente.

O PE assume, assim, particular importância, na medida em que se constitui como elemento gerador e aglutinador no seio do qual adquire sentido toda a atividade escolar e se definem as políticas educativas da Escola, as grandes áreas de intervenção e os currículos que se pretendem desenvolver.

Será, portanto, o "instrumento" orientador, a tomada de consciência das problemáticas existentes na comunidade educativa, bem como a proposição de soluções, devidamente planificadas e participadas, por parte de todos os agentes do processo educativo. Deve visar uma Escola viva e coerente, uma Escola que responsabilize todos os intervenientes na vida escolar e que intensifique uma estreita relação com o meio circundante.

É desejável que a Escola se torne mais motivadora para as crianças, que crie condições para o desenvolvimento global e harmonioso destes, que desenvolva aptidões e capacidades, comportamentos e atitudes propiciadoras de uma formação integral, ajudando, assim, as crianças a "crescer", para, num futuro próximo, podermos ter uma sociedade de pessoas livres, responsáveis na sua dimensão individual/social, promotores da sua autonomia, cidadãos críticos e intervenientes, em suma, pró-ativos.

O objetivo é motivar as crianças, independentemente das suas capacidades, meio cultural, económico-social e, através da sua política educativa e atividades, proporcionar-lhes um ambiente de tolerância e harmonia, no qual os jovens desenvolvam as suas potencialidades e interesses, conscientes das responsabilidades para com eles próprios, para com os outros, para com a escola e para com a comunidade numa transversalidade de saberes e de competências em que esteja presente toda a

comunidade escolar e parceiros sociais, com especial incidência para os Pais e Encarregados de Educação.

Princípios Orientadores:

O Projeto Educativo baseia-se em quatro princípios orientadores:

- Promover o bem-estar social das crianças;
- Valorizar os agentes educativos;
- Incentivar os valores de cidadania.

Tendo como referência os princípios orientadores anteriormente enunciados, constituíram-se os seguintes documentos estruturantes:

- Um elemento regulador - O Regulamento Interno;
- Um elemento curricular - O Projeto Curricular do Equipamento/Creche;
- Um elemento de execução - O Plano Anual de Atividades;
- Um elemento de avaliação - Instrumentos de avaliação periódica (relatórios, inquéritos e outros).

4.1. Competência Gerais Desenvolvidas em Creche

- Promover o desenvolvimento pessoal e social da criança, com base em experiências de vida democrática numa perspetiva de educação para a cidadania;
- Fomentar a inserção da criança em grupos sociais diversos, no respeito pela pluralidade das culturas, favorecendo uma progressiva consciência como membro da sociedade;
- Contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso da aprendizagem;
- Estimular o desenvolvimento global da criança no respeito pelas suas características individuais, inculcando comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diferenciadas;

- Desenvolver a expressão e a comunicação através de linguagens múltiplas como meios de relação, de informação, de sensibilização estética e de compreensão do mundo;
- Despertar a curiosidade e o pensamento crítico;
- Proporcionar à criança ocasiões de bem-estar e de segurança, nomeadamente no âmbito da saúde individual e coletiva;
- Proceder à despistagem de inadaptações, deficiências ou precocidades e promover a melhor orientação da criança;
- Incentivar a participação das famílias no processo educativo e estabelecer relações de efetiva colaboração com a comunidade.

5. Creche Rainha Dona Leonor

5.1. Rainha Dona Leonor

Rainha de Portugal; 3.^a mulher do rei D. Manuel, de quem enviuvou, casando em segundas núpcias com o rei Francisco I, de França.

Nasceu na cidade de Lovaina, da província de Brabante, a 15 de novembro de 1498; faleceu em Taraveruella pouco distante de Badajoz, em 25 de fevereiro de 1558. Era filha primogénita de Filipe I, *o Formoso*, arquiduque de Áustria, rei de Castela e senhor dos estados de Flandres, e da rainha D. Joana, *a Louca*, herdeira da coroa de Castela e Aragão, como filha dos reis católicos Fernando e Isabel.

Teve por irmãos os imperadores Carlos V e Francisco I, e as rainhas D. Isabel de Dinamarca, D. Maria de Hungria e Boémia, e D. Catarina, mulher de D. João III, de Portugal. A princesa D. Leonor estava destinada para esposa do príncipe D. João, herdeiro da coroa de Portugal, e eram ambos ainda muito crianças. O rei D. Manuel, porém, que enviudara pela segunda vez, vendo o retrato da jovem princesa, que apenas contava dezanove anos, e diz a tradição ser de rara formosura, tanto se agradou dos seus encantos que resolveu escolhê-la para sua esposa, preterindo as pretensões do príncipe seu filho, realizando-se assim as suas terceiras núpcias. Carlos V fora aclamado como imperador da Alemanha, e viera de Flandres para Saragoça, onde se reunira a corte, e D. Manuel, com o pretexto de o felicitar por ter cingido a coroa imperial, mandou a Saragoça como embaixador o seu camareiro, guarda-roupa e armador-mor Álvaro da Costa, mas o fim principal desta embaixada era tratar do casamento, muito em segredo, atendendo às circunstâncias que se davam. Álvaro da Costa desempenhou-se da sua missão com muita diligência e diplomacia, a proposta foi bem aceita pela corte de Castela, e as negociações depressa se concluíram.

Os desposórios efectuaram-se na mesma cidade de Saragoça em 16 de julho de 1518, sendo nomeados procuradores, para tratar com o embaixador Álvaro da Costa, o cardeal Florent, bispo de Tortosa, que depois foi o papa Adriano VI, Guilherme de Croy, duque de Sora; e João *le Sauvage*, senhor de Strambeque. No tomo II, das *Provas da História Genealógica*, a pág. 417, vem este tratado com as obrigações que nele se ajustaram. Este casamento de D. Manuel causou um certo espanto em Portugal, porque o monarca mostrara-se inconsolável pela morte de sua segunda mulher, dizendo que abdicava a

coroa em seu filho, e se recolhia ao convento de Penha Longa. O príncipe sentiu grande desgosto, porque se apaixonara também pelo retrato da sua prometida, que se tornara agora em madrasta. Concluídos os contratos matrimoniais, a nova rainha D. Leonor partiu de Saragoça, e entrou em Portugal por Castelo de Vide com o acompanhamento de fidalgos, e mais particulares, que Damião de Góis refere minuciosamente na parte IV da *Crónica de D. Manuel*, capítulo 34. O monarca esperava-a no Crato, e em 24 de novembro ali se celebraram pomposas festas. Como em Lisboa havia peste, partiram os régios esposos com toda a corte para Almeirim, onde se demoraram até ao Verão seguinte, passando em seguida a Évora, voltando para Lisboa só quando a epidemia estava completamente extinta. Foi em 21 de janeiro de 1521 que a rainha entrou pela primeira vez nesta cidade, com grande pompa e aparato, trazendo consigo já o infante D. Carlos, que tinha nascido em Évora a 18 de fevereiro de 1520. Este infante morreu muito criança. No paço da Ribeira teve o segundo filho, que foi a infanta D. Maria, que nasceu a 8 de junho de 1521. E foram os dois únicos deste real consórcio. Não tardou que sentisse o profundo golpe da morte de seu marido, sucedida a 13 de dezembro desse ano.

Desgostosa pela sua tão breve viuvez, determinou recolher-se ao convento de Odivelas, e tomou para isso as suas disposições, porém D. João III não consentiu que se afastasse do paço; a rainha foi então para Xabregas, adotando um tal modo de vida, que em tudo parecia religiosa professa. Ouvia missa todos os dias com muita devoção, frequentava os ofícios divinos, seguia com muita austeridade em tudo, e mandava acudir de continuo com grossas esmolas às misérias, que a esterilidade do ano de 1521 fez lastimosas nos pobres. D. João III ia muitas vezes visitá-la a Xabregas; o seu amor pela madrasta não se havia desvanecido, e D. Leonor parecia ter também por ele uma certa simpatia. As visitas repetiam-se amiudadas vezes, e o embaixador de Castela em Lisboa, Cristóvão Barroso, que aborrecia a rainha, insinuou que aquelas visitas já não eram de mera cortesia, e esta insinuação causou forte impressão em Castela. O povo de Lisboa já murmurava também, e no patriótico desejo, de que a rainha não abandonasse o reino com as grandes riquezas que possuía, fez uma representação ao rei e à rainha pedindo que se casassem.

Parece que efetivamente se chegou a pensar neste enlace, mas Carlos V, que pensava em dispor da mão de sua irmã viúva de outra forma, opôs-se energicamente, mandou

pedir a D. João III o seu beneplácito para que a rainha D. Leonor voltasse para Castela. Houve hesitações da parte de Portugal, mas insistindo o imperador, porque já pensava em casar a irmã com o rei de França, D. João III deu o seu consentimento, e D. Leonor saiu de Portugal no mês de maio de 1513, acompanhada dos infantes D. Luís e D. Fernando, do duque de Bragança D. Jaime, e de outros fidalgos, ficando sua filha, a infanta D. Maria, em Lisboa. Tempo depois, o contrato de Cambrai, chamado *Paz das Damas*, estipulava o casamento de D. Leonor com Francisco I, de França, o qual se celebrou em 4 de julho de 1530 na abadia de Capsieux em Baiona Francisco I havia enviuvado pouco tempo antes da rainha madame Claude, filha de Luís XII, seu imediato predecessor. Contratou-se este casamento no ajuste de pazes entre o rei de França e o imperador Carlos V, quando ele estava preso em Espanha depois da batalha de Pavia. A coroação da nova rainha de França realizou-se solenemente na igreja de S. Diniz, em 5 de março de 1531. Acabada a coroação, foram para Paris os régios cônjuges, sendo D. Leonor ali recebida com entusiasmo. Naquela corte leviana viveu muito desgostosa e quase em completo isolamento; Francisco I entregava-se às suas amantes, e D. Leonor encerrava-se nos seus aposentos dedicada às suas orações e à leitura da Bíblia, sentindo profunda saudade pela filha, que ficara em Portugal. Falecendo o rei em março de 1547, vendo-se novamente viúva e sem filhos deste segundo consórcio, resolveu retirar-se a Flandres para a companhia do irmão, e dez anos depois, nos primeiros dias de agosto de 1557, quando Carlos V se recolheu ao convento de S. Justo, foi para Espanha, acompanhada de sua irmã D. Maria, que fora rainha de Hungria e Boémia. Nesse ano de 1557 falecera também D. João III, ficando a regência do reino, pela menoridade do rei D. Sebastião, à rainha viúva D. Catarina, sua irmã. Desejosa de ver a filha, de quem sempre se lembrara com a maior saudade, e não querendo morrer sem a beijar, solicitou esta graça, e disposta à jornada, veio até Badajoz, no princípio do ano de 1558, demorou-se ali vinte dias com a infanta; e a vista da filha lhe causou tão forte impressão, que adoeceu gravemente, e quinze dias depois da sua retirada, faleceu. O cadáver foi depositado em Mérida, seis léguas distante de Taraveruella, sendo em 4 de fevereiro de 1571 trasladado para o mosteiro do Escorial. A infanta D. Maria herdou de sua mãe os avultados bens que possuía em Castela, França e Portugal. Foi quem fundou o convento de N. Sr.^a da Luz. A rainha D. Leonor foi muito piedosa e entregava-se muito à leitura de livros devotos. Por seu mandado, traduziu e compôs em língua

Castelhana o mestre Fernando Larava, seu capelão, as *Lições de Job*, com os *Salmos*, que se cantam nas *Horas dos Finados*; e juntamente com as *Lamentações de Jeremias* os sete *Salmos penitenciais*, e os quinze do *Canticumgrado*, livros de muita raridade, impressos em 1550 e 1556, em Anvers por Martim Nucio. D. Leonor tomou por empresa uma Fénix ateando com as próprias asas o fogo para mais se abrasar, e por letra as palavras latinas: *Unica semper avis*

5.2. Caracterização do Meio

A Creche Rainha Dona Leonor situa-se no concelho de Lisboa, freguesia de Benfica.

Devido à sua situação geográfica, na zona limítrofe do concelho de Lisboa, a creche, tendo em conta a localização, abrange e acolhe uma população bastante heterogénea, de meios socioeconómicos bastante diversificados.

Em termos culturais, a creche apresenta uma grande diversidade de culturas, facto este que enriquece bastante o quotidiano escolar.

A creche é um espaço por excelência de aprendizagem técnica e científica, mas é simultaneamente um espaço onde se modelam vivências, atitudes e relações. Um espaço criativo, aberto, de relação profunda, onde se gera e modela personalidades criativas, relacionais, capazes de aceitar desafios e de evoluir.

Ao nível da linguagem funcional, a creche concebe-se como um elemento uno, no qual se integram dois graus de ensino. Neste contexto, a sua estrutura interna perspectiva-se segundo uma linguagem simples que tem por base os dois níveis/graus de ensino.

A Creche Rainha Dona Leonor é um espaço educativo em que o processo ensino-aprendizagem desenvolve-se apostando numa pedagogia ativa, formando cidadãos responsáveis, criativos e solidários, indo ao encontro das necessidades das crianças na sociedade atual.

5.3. Espaço Físico Interior

A creche conta com um espaço físico interior, de dois pisos.

No R/C encontramos 2 berçários equipados para receber 20 utentes, uma zona polivalente que serve também de refeitório, uma cozinha equipada para a confeção das refeições, um gabinete de trabalho e de reuniões, um gabinete de direção, 5 arrecadações, uma instalação sanitária para os utentes, 3 instalações sanitárias para adultos e um recreio exterior.

No 1º Andar, existem duas salas 12/24 meses equipadas para 28 utentes, duas salas 24/36 meses equipadas para receber 36 utentes, 2 instalações sanitárias para os utentes, 4 arrecadações e um recreio exterior.

A creche possui também um elevador.

5.4. Funcionamento Geral

O ano letivo na Creche Rainha Dona Leonor inicia-se no primeiro dia útil do mês de Setembro, funcionando de segunda a sexta-feira, entre as 7h30 e as 19h. Encontra-se encerrada nos feriados nacionais, nos feriados concedidos ao abrigo do contrato coletivo de trabalho e dias concedidos pela Mesa Administrativa, sendo dado conhecimento com antecedência a matéria em tópico.

A equipa da creche é constituída por 4 Educadoras de Infância, 9 Ajudantes de Ação Educativa, 2 Auxiliares de Serviços Gerais, 1 Cozinheira e 1 Administrativa.

Tendo como princípio a herança dos Projetos Educativos da Instituição e a sua Missão, as atividades pedagógicas desenvolvidas vão sempre no sentido de ir ao encontro dos mesmos. As atividades realizadas evidenciam uma prática assente nos objetivos gerais das diferentes áreas: Social, Pessoal e Religiosa.

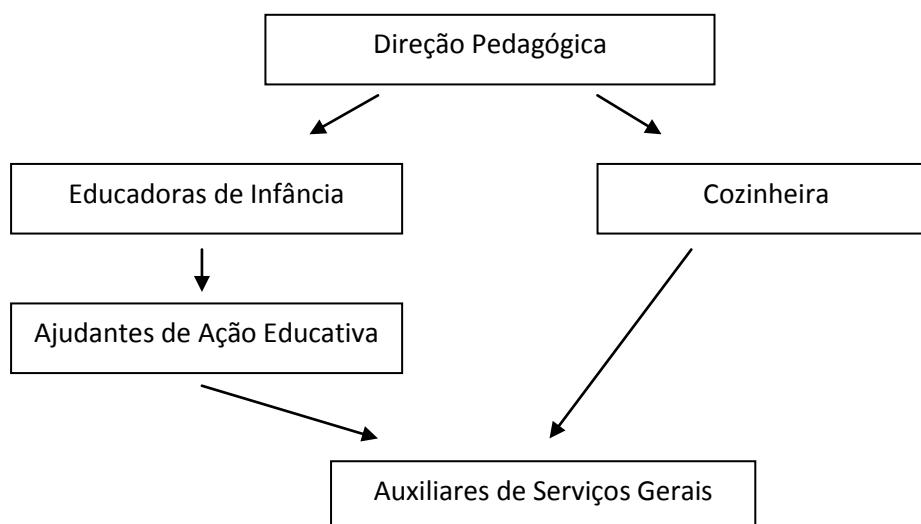
A Creche Rainha Dona Leonor dispõe de duas atividades extracurriculares, sendo as mesmas, Expressão Musical para Bebés e Yoga para Bebés.

5.5. População e Recursos Humanos

Educadoras de Infância	Ajudantes de Ação Educativa	Auxiliares de Serviços Gerais	Administrativa	Cozinheira
4	9	2	1	1

Berçário 4/12 Meses	Sala 12/24 Meses	Sala 24/36 Meses
20	28	36

5.6. Organograma da CRDL



5.7. Equipamento e Material Didático

A Creche conta com materiais modernos e funcionais de modo a proporcionar à criança comodidade, bem-estar e gosto pela vida na creche, fundamental ao interesse pela aprendizagem.

O equipamento e materiais didáticos existentes na creche, não esgotando as necessidades reais, são fonte de enriquecimento sempre que possível.

5.8. Estrutura Organizacional

	Nº de Salas	Nº de Utentes
Berçário 4/12 Meses	2	20
Sala 12/24 Meses	2	28
Sala 24/36 Meses	2	36
	6	84

6. Projeto Educativo da Creche Rainha Dona Leonor

6.1. Princípios, Valores e Objetivos

Os primeiros anos de vida da criança correspondem a uma importante fase do seu crescimento, onde através dos seus sentidos ela inicia o conhecimento, adaptação e exploração do mundo exterior. Entender e respeitar as características de cada etapa que a criança vai atingindo, proporcionando apoio e demonstrando compreensão, é permitir que o seu desenvolvimento aconteça de forma harmoniosa.

“A escola, por ser o primeiro agente socializador fora do círculo familiar da criança, torna-se a base da aprendizagem se oferecer todas as condições necessárias para que ela se sinta segura e protegida. Assim, para que a criança tenha um desenvolvimento saudável e adequado dentro do ambiente escolar, e consequentemente no social, é necessário que haja um estabelecimento de relações interpessoais positivas, como aceitação e apoio, possibilitando assim o sucesso dos objetivos educativos.”
(Krueger, M.)

A criança é um ser dinâmico que a todo o momento se relaciona com o meio, interagindo ativamente com objetos e pessoas. Recordando Jean Piaget e os seus princípios do desenvolvimento cognitivo dos seres humanos, surge a teoria dos Estádios de

Desenvolvimento. Caraterizado por uma série de mudanças ordenadas e previsíveis, o crescimento, segundo este autor, inicia-se no Estádio Sensório-Motor, fase em que as aprendizagens são consubstanciadas nos sentidos, nas experiências que o meio nos dá.

Uma das caraterísticas mais marcantes desta fase é o Jogo Funcional, onde a repetição de ações, pelo simples prazer de realizá-las, gera espontaneamente na criança a aprendizagem e o seu aperfeiçoamento progressivo.

Atendendo a todas as características desta faixa etária, a linha de atuação deste Projeto Educativo baseia-se nos seguintes princípios:

- a) Respeitar a criança enquanto ser único, ajudando-a a reconhecer e a lidar com os seus sentimentos;
- b) Valorizar as formas de comunicação únicas expressas por cada criança;
- c) Reconhecer os problemas como oportunidades de aprendizagem, estimulando a criança a resolver as suas dificuldades;

- d) Respeitar os ritmos próprios de cada criança, promovendo a qualidade do seu desenvolvimento, pois nesta fase etária as mudanças ocorrem muito mais rapidamente que em qualquer outro período da vida;
- e) Respeitar a forma própria de aprendizagem de cada criança, experimentando o ambiente através dos sentidos (vendo, ouvindo, saboreando, cheirando, sentindo) e através da interação social;
- f) Respeitar a interligação de todas as áreas do desenvolvimento (cognitivo, social, emocional, físico e linguagem);
- g) Cuidar, suportar e atender plenamente à criança, reconhecendo que esta está totalmente dependente dos adultos para satisfazer as suas necessidades;
- h) Ter em atenção que a atuação dos profissionais deverá ser pautada pelo conhecimento das características e necessidades de cada grupo etário.

6.2. Papel da Família e da Creche

Uma das funções do adulto, na educação da criança, é favorecer a sua aprendizagem e assegurar que as suas vivências contribuam para um desenvolvimento integral. Nesse sentido, deverão esforçar-se para que todas as experiências se processem num ambiente fisicamente seguro, cognitivamente desafiador e emocionalmente estável. É durante esta fase que, se todas as necessidades da criança forem prontamente atendidas, elas desenvolvem a confiança e gradualmente adquirem autonomia.

6.3. Relacionamento Afetivo

Para crescer saudável toda a criança tem necessariamente que estabelecer laços afetivos. São estas relações de afetividade que lhes transmitem segurança, bem-estar e lhes permite criar com os adultos uma relação de confiança. Durante esta etapa, a interação com os pais é fundamental, visto a troca de informação diária entre a família e a escola relevar-se uma estratégia importante para o bom desenvolvimento da criança.

6.4. Sensibilidade

No decorrer do dia-a-dia da criança, são muitos os sinais que ela, subtilmente, emite. Por essa razão é importante que a Creche e a família dediquem a sua ação à observação da criança, estando desta forma atentos e sensíveis às suas necessidades e potencialidades. Através da observação e da vivência diária determinam-se as características de cada criança, os seus traços de personalidade, assim como se avalia o seu processo de crescimento e desenvolvimento.

6.5. Interações

A criança necessita do conforto e da confiança que as interações físicas transmitem. Precisa de estar perto do adulto, precisa de colo, precisa que a abracem e embalem. A auto imagem e a auto estima que a criança vai desenvolvendo são influenciadas pela frequência e o tipo de interações que tem com os adultos. De notar que a criança é extremamente sensível à comunicação não-verbal e à forma como se comunica com ela. Tendo em linha de conta estas informações, a família e a escola deverão procurar assegurar que as mensagens verbais e não-verbais emitidas à criança não sejam contraditórias, para que desta forma exista coerência entre aquilo que se diz e o que se exprime através do corpo, dos movimentos e da expressão facial. A criança poderá assim aprender respostas sociais e comportamentos positivos através da observação do comportamento do adulto.

6.6. Respeito

Cada criança é um indivíduo com um potencial único, que deve ser compreendida individualmente nos seus interesses e preferências, embora, por vezes, seja necessário impor certos limites.

Os seus comportamentos positivos devem ser encorajados, à semelhança dos comportamentos negativos que devem ser igualmente reprovados, para que a criança comece a adquirir entendimento sobre o que deve e não fazer.

É neste sentido que devem existir diretrizes bem claras sobre o que as crianças podem e não podem fazer, quer em contexto familiar, como educativo.

6.7. Cooperação Família/Creche

Pais, educadores e ajudantes de ação educativa devem trabalhar como uma equipa dinâmica e participativa, pois tudo na vida da criança está interligado.

Os Pais podem e devem obter informações sobre o dia da criança através de conversas informais com os elementos da equipa educativa. No entanto, nas reuniões formais, em que o desenvolvimento da criança é analisado e discutido pela Educadora de Infância e pelos pais também é um importante momento para a passagem de informação.

Através da comunicação, preferencialmente direta e diária, desenvolve-se o respeito mútuo entre todos os envolvidos na educação e crescimento da criança. Desta forma, cria-se o reconhecimento que todas as partes contribuem para o desenvolvimento harmonioso e integral da criança. Pais, educadores e assistentes operacionais deverão assegurar que a adaptação da criança ao contexto educativo se processe da forma mais gradual possível.

6.8. Importância das Rotinas

As rotinas são muito importantes nesta fase inicial do desenvolvimento da criança, na medida em que são uma componente importante do dia-a-dia, pois proporcionam experiências de aprendizagem a todos os níveis, transmitem segurança, na medida em que a criança começa a perceber o que acontece em cada etapa do dia e ainda podem ser utilizadas como estratégias para atingir determinados objetivos.

É desta forma que as rotinas deverão ser programadas, mas flexíveis e utilizadas para promover e aprofundar a relação interpessoal. Desta forma, servirão como oportunidades de estimulação e aprendizagem.

6.8.1. Rotina Diária da Creche

07h30m/09h00m	Acolhimento
09h00m/09h30m	Brincadeira Livre
09h30m/10h30m	Atividade Pedagógica Orientada
10h30m/11h00m	Higiene
11h00m/12h00m	Almoço
12h15m/12h30m	Higiene
12h30m/15h00m	Repouso
15h00m/15h30m	Higiene
15h30m/16h15m	Lanche
16h15m/16h30m	Higiene
16h30m/19h00m	Brincadeira Livre

6.9. Avaliação

A Avaliação representa um importante instrumento de ponderação qualitativa e quantitativa. Realizada através das observações e de todo o trabalho que é desenvolvido pela Educadora de Infância, em contexto de sala, a avaliação diária da criança é criteriosamente registada e comunicada, oportunamente, aos Pais.

Como instrumentos de avaliação são utilizados na Creche os seguintes instrumentos de avaliação:

- a) Observação diária dos comportamentos e aprendizagens da criança;
- b) Registos do Desenvolvimento da Criança;
- c) Reuniões com os Pais/Encarregados de Educação, no início do ano letivo, no final do 1º período e no final do ano letivo;
- d) Reuniões mensais com os Educadores de Infância e Ajudantes de ação Educativa;
- e) Avaliação Bianual de Desempenho dos colaboradores;
- f) Avaliação anual do Projeto Educativo e dos Projetos Curriculares de Sala, no termo do ano letivo.

Todos os aspetos considerados importantes sobre o processo de desenvolvimento da criança deverão ser comunicados pela Educadora aos Pais, sempre que ambos considerem pertinente.

7. Referências Inspiradoras do Projeto Educativo

7.1. Movimento da Escola Moderna

O Modelo de C. Freinet é crítico da escola tradicional e das escolas novas, desenvolvendo em França o movimento da escola moderna, em que seu objetivo básico era desenvolver uma escola popular.

Na sua conceção, a sociedade é plena de contradições que refletem os interesses antagónicos das classes sociais que nela existem, sendo que tais contradições penetram em todos os aspetos da vida social, inclusive na escola.

Para Freinet, a relação direta do homem com o mundo físico e social é feita através do trabalho (atividade coletiva) e a liberdade é aquilo que decidimos em conjunto.

O movimento pedagógico fundado caracteriza-se pela sua dimensão social, evidenciada pela defesa de uma escola centrada na criança, que é vista não como um indivíduo isolado, mas, fazendo parte de uma comunidade.

Atribui grande ênfase ao trabalho: as atividades manuais tem tanta importância quanto as intelectuais, a disciplina e a autoridade resultam do trabalho organizado.

Questiona as tarefas escolares (repetitivas e enfadonhas) opostas aos jogos (atividades lúdicas, recreio), apontando como essa dualidade presente na escola, reproduz a dicotomia trabalho/prazer, gerada pela sociedade capitalista industrial.

A escola por ele concebida, é vista como elemento ativo de mudança social e é também popular por não marginalizar as crianças das classes menos favorecidas.

Dá grande importância à participação e integração entre famílias/comunidade e escola, defendendo o ponto de vista de que "se se respeita a palavra da criança, necessariamente há mudanças".

Este movimento apresenta as seguintes técnicas da pedagogia: o desenho livre, o texto livre, as aulas-passeio, a correspondência interescolar, o jornal, o livro da vida (diário e coletivo), o dicionário dos pequenos, o caderno circular para os professores, etc.

Essas técnicas têm como objetivo favorecer o desenvolvimento dos métodos naturais da linguagem (desenho, escrita, gramática), da matemática, das ciências naturais e das ciências sociais. Porém, essas técnicas não são um fim em si mesmas, e sim, momentos

de um processo de aprendizagem, que ao partir dos interesses mais profundos da criança, propicia as condições para o estabelecimento da apropriação do conhecimento. O autor considera a aquisição do conhecimento como fundamental, mas, essa aquisição deve ser garantida de forma significativa. É um dos pedagogos contemporâneos que mais contribuições oferecem àqueles que atualmente estão preocupados com a construção de uma escola ativa, dinâmica, historicamente inserida em um contexto social e cultural.

7.2. Modelo de Jean Piaget

O Modelo de Jean Piaget (1952) debruça-se fundamentalmente sobre os processos internos do indivíduo, concretamente a sua perceção e a sua estruturação da realidade.

O indivíduo desenvolve-se através de quatro estádios (sensório-motor, pré-operativo, operações concretas e operações formais) e de dois processos básicos (assimilação e acomodação).

Todavia, há que ter em conta quatro fatores que interagem e que, por sua vez, influenciam o pensamento e intervêm de forma direta na aprendizagem: equilíbrio, maturidade, atividade e interação social.

A teoria elaborada por Piaget constitui um importante avanço no âmbito da psicologia da educação: o seu contributo fundamental foi a ordenação dos diferentes estádios evolutivos, desenvolvidos de forma individual, a partir dos diferentes âmbitos científicos, assinalando a importante influência do ambiente no desenvolvimento global do processo de aprendizagem.

7.3. Modelo de L.S. Vigotsky

O Modelo de L.S. Vigotsky pertence ao grupo dos que exercem maior influência na psicologia educativa atual. Considera que o conhecimento e a consciência se estruturam num determinado meio social e, assim, cada indivíduo apresentará características específicas, de acordo com o meio concreto em que se encontra.

A linguagem tem um papel muito importante como elo de ligação entre o indivíduo e o meio. Segundo a teoria do desenvolvimento mental, Vigotsky considera que a criança apresenta dois níveis de desenvolvimento: o efetivo (consequência do processo de desenvolvimento real) e o potencial (nível de desenvolvimento que uma criança pode atingir, se for ajudada pelos adultos).

A sua teoria apoia-se em três conceitos básicos: mediação, interiorização e atividade. A mediação tem um papel de duplo sentido: instrumental (considera como instrumentos psicológicos os objetos que servem para ordenar e recolocar externamente a informação) e social (a necessidade de contactar entre duas ou mais pessoas dá-lhes este carácter social).

Através da interiorização transformam-se os processos internos em externos. Por último, a atividade reflete a importância de conseguir uma aprendizagem significativa.

7.4. Modelo de M. Montessori

O Modelo de M. Montessori propõe uma metodologia de tendência analítica que engloba três aspetos básicos:

- Ambiente adaptado (todo o material é de tamanho infantil);
- Exercícios da vida prática (educação motora, ocupações domésticas e trabalhos produtivos);
- Material de desenvolvimento (elabora uma série de materiais para educar os sentidos e as capacidades intelectuais);

Desenvolve a técnica da lição a três tempos: associação do nome com a perceção sensorial, reconhecimento do objeto e recordação do nome.

8. Temática do Projeto Educativo 2018/2019

O tema do ano letivo 2018/2019 é Reinventar Comunidade, em consonância com o tema da instituição para o presente ano.

8.1. Objetivos

- Valorizar o respeito, a partilha e a responsabilidade através das tarefas da sala de forma lúdica.
- Valorizar a comunidade, a partilha com o outro, a vivência em comunidade.
- Criar um ambiente favorável ao bem-estar de todas as crianças assim como a brincadeira livre nas diferentes áreas de desenvolvimento.
- Respeitar os ritmos de cada criança.
- Sensibilizar para o saber ouvir, observar e comentar o que nos rodeia de uma forma diferente.
- Motivar e estimular nas crianças o gosto pela comunidade.
- Fomentar a socialização através de interiorização de regras e hábitos essenciais ao dia-a-dia.
- Vivenciar datas importantes e festas onde haja uma colaboração ativa das crianças.
- Fomentar o interesse e respeito pelo outro.
- Estimular a imaginação e a capacidade de criar e registar situações de vivências do dia-a-dia.

9. Avaliação do Projeto Educativo

Este projeto educativo será alvo de avaliação contínua; contudo, no final de cada ano letivo, com vista a aperfeiçoar as práticas educativas e sobretudo a reajustar estratégias será realizada uma avaliação mais profunda.

Por outro lado, ao avaliar estaremos também a perspetivar um aperfeiçoamento e melhoria da instituição. A equipa que elaborou este Projeto Educativo, espera conseguir uma palavra de retorno de toda a comunidade envolvente à escola, dos parceiros sociais e principalmente das causas que apoiamos.